

Patrimônio prisional em disputa: a Penitenciária de Florianópolis

Patrimonio penitenciario en disputa: la Penitenciaría de Florianópolis

VIVIANE BORGES

Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

[viviane.borges@udesc.br] [https://orcid.org/0000-0002-7576-7789]

Resumo

Como uma prisão se torna um problema urbano? Partindo dessa questão, o artigo analisa a trajetória da Penitenciária de Florianópolis entre sua inauguração, em 1930, e os atuais projetos de desativação e reconversão do Complexo Penitenciário da Agronômica. Com base em documentação administrativa, legislação urbanística, processos de patrimonialização, reportagens da imprensa e documentos produzidos por diferentes órgãos públicos, demonstra-se que a percepção da prisão como presença incompatível com uma das áreas mais valorizadas da cidade foi historicamente construída pela convergência entre transformações urbanas, crises do sistema prisional, discursos midiáticos e políticas públicas. Rebeliões e fugas —especialmente a de 1986— intensificaram esse processo ao projetar a prisão para o centro do debate público, fortalecendo propostas de remoção e reconversão do espaço. Argumenta-se que a patrimonialização não solucionou essas tensões, mas inaugurou novas disputas sobre memória, preservação e usos do passado. Ao propor o patrimônio prisional como categoria analítica, o artigo sugere que o futuro das antigas prisões revela menos uma política de conservação arquitetônica do que as formas pelas quais as cidades contemporâneas negociam aquilo que desejam preservar, transformar ou apagar de sua história.

Palabras-chave:

Prisão; patrimônio prisional; memória; urbanização; Penitenciária de Florianópolis.

Resumen

¿Cómo llega una prisión a convertirse en un problema urbano? A partir de esta pregunta, el artículo analiza la trayectoria de la Penitenciaría de Florianópolis desde su inauguración, en 1930, hasta los actuales proyectos de clausura y reconversión del Complejo Penitenciario de Agronômica. A partir del análisis de documentación administrativa, legislación urbanística, procesos de patrimonialización, noticias de prensa y documentos producidos por distintos organismos públicos, se demuestra que la percepción de la prisión como una presencia incompatible con una de las zonas más valorizadas de la ciudad fue el resultado de una construcción histórica, producto de la convergencia entre las transformaciones urbanas, las crisis del sistema penitenciario, los discursos mediáticos y las políticas públicas. Los motines y las fugas —especialmente la de 1986— intensificaron este proceso al situar la prisión en el centro del debate público, reforzando las propuestas de traslado y reconversión del

Nº 22 (Enero-Junio 2026), pp. 89-108

www.revistadeprisiones.com

<http://ojs.filo.unt.edu.ar/index.php/historiaprisiones/>

Recibido: 30-4-2026

Aceptado: 30-6-2026

 EVISTA DE  ISTORIA DE LAS  RISIONES

ISSN: 2451-6473

espacio. Se sostiene que la patrimonialización no resolvió estas tensiones, sino que inauguró nuevas disputas en torno a la memoria, la preservación y los usos del pasado. Al proponer el patrimonio penitenciario como una categoría analítica, el artículo plantea que el futuro de las antiguas prisiones revela menos una política de conservación arquitectónica que las formas en que las ciudades contemporáneas negocian aquello que desean preservar, transformar o borrar de su propia historia.

Palabras Clave:

Prisión; patrimonio penitenciario; memoria; urbanización; Penitenciaria de Florianópolis.

INTRODUÇÃO

Na manhã de 25 de julho de 1986, uma rebelião seguida de fuga com reféns projetou a Penitenciária de Florianópolis para além de seus muros. Amplamente repercutido pela imprensa, o episódio transformou uma crise prisional em acontecimento urbano. Localizada em uma área então em acelerado processo de urbanização, a penitenciária ganhou visibilidade pública e passou a ocupar lugar central nos debates sobre segurança, planejamento urbano e futuro da cidade.

Quarenta anos depois, a questão permanece em aberto. O destino do Complexo Penitenciário da Agrônômica¹ continua mobilizando diferentes agentes — poder público, órgãos de patrimônio, imprensa, moradores, e setores ligados ao mercado imobiliário — em torno de projetos concorrentes para a área. Ao longo desse período, a prisão deixou de ser percebida apenas como instituição de confinamento para tornar-se objeto de disputas relacionadas aos usos legítimos do espaço urbano, à preservação da memória do cárcere e à redefinição de uma das regiões mais valorizadas de Florianópolis.

Com a transformação física da cidade a prisão passou a ser produzida discursivamente como incompatível com os novos projetos urbanos, convertendo-se em problema público cuja solução deixou de ser apenas penitenciária para tornar-se urbanística. A rebelião de 1986 conferiu visibilidade e intensidade a tensões já existentes, amplificadas posteriormente por fugas, rebeliões, intervenções estatais, discursos jornalísticos e transformações urbanas. A pesquisa articula reportagens da imprensa, documentos produzidos pelo poder público, processos de patrimonialização, legislação urbanística e documentação administrativa relativa ao complexo penitenciário. Esses conjuntos documentais são analisados como registros das disputas em torno dos significados atribuídos à prisão, permitindo acompanhar historicamente sua transformação em problema urbano e patrimônio em disputa.

Tais questões serão problematizadas a luz da categoria patrimônio prisional, compreendido não como uma noção restrita à preservação arquitetônica de antigas prisões, mas como um campo de dis-

1. O Complexo Penitenciário da Agrônômica, composto pela Penitenciária de Florianópolis, pelo Presídio Masculino Regional, pelo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e pela Casa do Albergado.

putas que envolve edifícios, arquivos, objetos, narrativas, imagens, práticas de memória e diferentes formas de representação do encarceramento. Trata-se de um patrimônio marcado pela fragmentação, pelo estigma e pela recorrente tentativa de apagamento, cuja análise permite compreender as tensões entre políticas urbanas, usos do passado e disputas em torno da memória das prisões.

O texto está organizado em três partes. A primeira trata da história da prisão em sua relação com a cidade, discutindo sua implantação na antiga Pedra Grande, o crescimento do bairro Agrônômica, o processo de patrimonialização do Complexo e os debates mais amplos sobre patrimônio prisional, memória e reconversão urbana. A segunda parte analisa a rebelião de 1986 e os episódios posteriores de fugas e motins, compreendendo-os não como origem da contestação à penitenciária, mas como acontecimentos que ampliaram sua visibilidade pública e consolidaram sua percepção como presença incômoda. A terceira parte examina os debates contemporâneos sobre a desativação do Complexo Penitenciário da Agrônômica, com atenção aos projetos de requalificação da área, aos riscos de apagamento da memória do cárcere, aos impactos da transferência da população prisional e aos limites da participação pública na definição do futuro do lugar.

Penitenciária de Florianópolis, década de 1930. Foto: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APSC)



PATRIMÔNIO PRISIONAL, MEMÓRIA E CIDADE

Inaugurada no dia 21 de setembro de 1930, a então Penitenciária da Pedra Grande foi instituída pela Lei nº 1.547 de 21 de outubro de 1926. O nome se deve a sua localização, junto a antiga pedreira da cidade, considerada distante do centro urbano. Na primeira década de funcionamento a prisão era constituída somente por um pavilhão, com capacidade para sessenta presos, hoje conhecido como “Casa Velha”. “Sua execução foi motivo de orgulho da população ante a grandiosidade e significância do empreendimento”².

Penitenciária de Florianópolis e a Pedreira, década de 1930.

Foto: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APSC)



2. Florianópolis. IPUF/SEPHAN. *Criação e regulamentação da Área de Preservação Cultural (APC-1) do Complexo Penitenciário da Agrônômica*, ago. 2007.

“O complexo apresenta momentos distintos e representativos dos períodos arquitetônicos, justapostos exemplares historicistas da arquitetura oficial e modernista. Ambas as expressões artísticas são estilisticamente únicas em território municipal”³. A Casa Velha, primeiro pavilhão da Penitenciária, segue de pé, escondida dos olhos dos transeuntes, encoberta pelas novas edificações construídas ao longo dos anos 1960 e 1970 no interior do Complexo Penitenciário. Na foto acima é possível ver resquícios da antiga pedreira. Em 1935, o então diretor Edelvito Campelo d’Araujo, colocava as dificuldades estruturais de uma edificação, “encravada, assim dizer, numa grande pedreira que lhe dificulta e encarece qualquer ampliação, desprovida de muralhas que a isolem e proteja”. O projeto arquitetônico foi de autoria de Paulo Sola e se baseou na Penitenciária de São Paulo, tida como um modelo a ser seguido por outras instituições penais nos diferentes estados, tanto em termos estruturais como em sua perspectiva penal e criminológica. A instituição marca o fim de um período de grandes mudanças urbanas em Florianópolis, com diversas obras que buscavam uma modernização e higienização da cidade.

Vila Operária, década de 1930. Foto: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APSC)



3. IPUF/SEPHAN, *Criação e regulamentação da APC-1 do Complexo Penitenciário da Agrônômica*, 2007,

A região onde hoje esta localizada a Penitenciária era conhecida como “Trás do morro”, o bairro da “Pedra Grande”, uma área rural considerada longínqua, utilizada para cavalgadas, “localizada a quase uma légua do coração da cidade” (Varzea, 1985). O bairro Agrônômica se desenvolveu ao redor da prisão. Uma pequena Vila Operária foi inaugurada concomitantemente a Penitenciária em 1930, a fim de servir de moradia a trabalhadores que atuaram na construção das primeiras edificações do complexo e a funcionários. A ampliação da Penitenciária em 1935, levou ao aumento do número de funcionários, os quais em muitos casos acabavam trazendo suas famílias para a região, o que impulsionou a ocupação do bairro.

O que resta da Vila Operária, muito descaracterizado por reformas, não é sequer mencionado no documento que regulamenta a preservação do Complexo pelo município. Em 2007 o Complexo se tornou Área de Preservação Cultural (APC1), através da Lei Complementar Municipal n. 375 de 2010, uma iniciativa do Município de Florianópolis através do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural (SEPHAN), órgão vinculado ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). Esse mecanismo de proteção está ligado ao Plano Diretor de Florianópolis e prevê áreas de preservação integral ou apenas parte de áreas externas. No documento fica instituída a preservação das edificações remanescentes da década de 1930, período de implantação do complexo, entre elas o Bloco Penitenciário — antigo pavilhão celular organizado segundo a tipologia radial-panóptica —, o Bloco Administrativo frontal, a Lavanderia instalada na antiga “Casa Velha”, o caramanchão e o imponente muro de pedra voltado para a via pública, marco histórico da paisagem urbana da cidade. Também o Bloco Administrativo, construído na década de 1960, testemunho da expansão da unidade diante do crescimento da população prisional catarinense. Designados como Área de Preservação Cultural (APC-1), essas edificações passaram a contar com elevado grau de proteção, restringindo intervenções que comprometessem sua volumetria, fachadas e características construtivas originais.

Um documento particularmente revelador desse processo é o Ofício n.º 161/06⁴, encaminhado em 2006 pelo superintendente regional do IPHAN em Santa Catarina, Dalmo Vieira Filho, ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). O parecer reconhece como desejável a transformação do espaço para novos usos urbanos — habitacionais, culturais, comerciais e de lazer —, mas ressalta que esse processo deveria considerar como “imprescindível” a preservação da memória do uso prisional dos edifícios.

Acerca das possibilidades de reutilização da área, sugerimos que deva ser considerada como imprescindível a memória do uso atual dos edifícios. A penitenciária foi modelo no Brasil e um dos orgulhos da população de Florianópolis e de Santa Catarina. Alguns dos edifícios mais antigos revestem-se de valor cultural e o conjunto deste há muito incorporou-se ao cenário dos bairros da vizinhança e da própria capital do estado. É importante lembrar que as recomendações internacionais sobre o assunto indicam a preservação e valorização de áreas como as da penitenciária e que o registro de fatos cotidianos como os em questão também são merecedores de permanência no cenário construído das cidades.

4. IPUF/SEPHAN, *Criação e regulamentação da APC-1 do Complexo Penitenciário da Agrônômica*, 2007.

O documento afirma que a penitenciária foi um “modelo no Brasil” e destaca o valor cultural de parte de suas edificações, defendendo que um setor representativo do conjunto fosse preservado como forma de qualificar o projeto de reocupação e assegurar a permanência dessa memória na cidade. Trata-se de uma manifestação institucional significativa, pois evidencia que, antes mesmo da consolidação do debate sobre patrimônio prisional no Brasil, já havia o reconhecimento, por parte do órgão federal de preservação, de que os vestígios materiais do cárcere constituíam um patrimônio cultural digno de preservação, resta saber se essa recomendação será plenamente incorporada às intervenções que se anunciam no presente.

No prédio administrativo foi criado o Espaço Memória da Penitenciária, inaugurado em 21 de setembro de 2011⁵, quando a instituição comemorou seus 81 anos de existência. O espaço é constituído por uma exposição de fotografias, móveis e objetos. O acesso não é permitido ao grande público e talvez poucos saibam da existência do lugar. No processo que torna o lugar ‘área de preservação, o Superintendente do IPHAN/SC indica: “Acerca das possibilidades de reutilização da área, sugerimos que deva ser considerada como imprescindível a memória do uso atual dos edifícios”. No documento a Penitenciária é entendida como parte da tessitura da cidade, identificada como marco referencial histórico-cultural, “por tratar-se de elemento que apresenta grande visibilidade, dominância visual e se sobressai na paisagem urbana do Município”⁶. Outros elementos são elencados no processo para justificar a importância de se preservar o conjunto, como a singularidade de sua arquitetura, sua importância histórica no processo de urbanização e seu potencial de reinserção na dinâmica da cidade. A prisão é apontada como um exemplar único de «momentos distintos e representativos dos períodos arquitetônicos, justapondo exemplares historicistas da arquitetura oficial e modernista. Ambas expressões artísticas são estilisticamente únicas no território municipal». O processo recomenda a reinserção dos edifícios na dinâmica da cidade através de uma reconfiguração de sentidos, compatibilizando «a memória construída, readequada para o uso atual, junto com construções contemporâneas, harmonizadas no contexto»⁷.

Em 2009, uma Moção feita pelos Professores de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) propôs a realização de estudos a respeito do potencial de uso do lugar, indicando a possibilidade de integração com Centro Integrado de Cultura (CIC), onde funcionam o Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), o Museu de Imagem e Som (MIS), um teatro e cinemas. Conforme os professores: “os quase quarenta hectares da Penitenciária poderiam ser mais bem aproveitados se estendêssemos a vocação cultural e cívica desempenhada pelo Centro Integrado de Cultura (CIC) para algo como um Complexo de Lazer e Cultura, junto com outros equipamentos e atividades”⁸.

5. Reportagem “Memorial resgata a história da unidade prisional mais antiga do Estado”, *ND Mais*, 20 set. 2011. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/memorial-resgataa-historia-da-unidade-prisional-mais-antiga-do-estado/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

6. IPUF/SEPHAN, *Criação e regulamentação da APC-1 do Complexo Penitenciário da Agrônômica*, 2007.

7. IPUF/SEPHAN, *Criação e regulamentação da APC-1 do Complexo Penitenciário da Agrônômica*, 2007, pp. 2-3.

8. IPUF/SEPHAN. Moção dos Professores de Arquitetura Universidade Federal de Santa Catarina, Ano de 2009.

As questões aqui levantadas podem ser lidas através da chave do patrimônio prisional⁹, compreendendo as prisões como espaços atravessados por disputas de memória, silenciamentos e usos políticos do passado¹⁰. As prisões carregam marcas de violência estatal, confinamento, disciplina e sofrimento, assim como por vezes desnudam os problemas ligados a segurança pública, a ocupação e a dinâmica dos bairros, o que faz de sua preservação — ou de sua demolição — um campo privilegiado de conflitos sobre o que a cidade deseja lembrar ou esquecer (Borges, 2026). O patrimônio prisional desafia uma das premissas mais difundidas no campo do patrimônio: a de que a preservação decorre da existência de grupos sociais interessados em manter viva determinada memória. No caso das prisões, ocorre frequentemente o contrário, marcados pelo estigma, pela violência e pela exclusão, esses espaços e seus vestígios (materiais e imateriais) constituem memórias não reivindicadas. Sua preservação, portanto, não responde a uma demanda identitária ou herança benevolente do estado, mas a um compromisso ético e político com o direito à memória, a produção de conhecimento e a responsabilização histórica pelas formas de punição e encarceramento. Preservam-se esses lugares não porque expressem um passado glorioso, mas porque testemunham experiências que não podem ser reduzidas ao esquecimento. O desaparecimento de seus vestígios produz uma forma de esquecimento que dificulta a crítica ao presente.

As disputas em torno da memória do cárcere estão profundamente vinculadas às transformações do espaço urbano e tornam-se particularmente evidentes quando antigas prisões são desativadas, demolidas ou reconvertidas para novos usos. No Brasil, diversas prisões construídas entre o final do século XIX e o século XX — muitas delas consideradas modelos em sua época e que abrigaram tanto presos comuns quanto presos políticos — foram demolidas nas últimas décadas, frequentemente associando-se sua remoção a projetos de renovação urbana e à necessidade de romper simbolicamente com um passado considerado indesejável. É o caso do Complexo Frei Caneca, no Rio de Janeiro, inaugurado em 1850 e demolido em 2010, e da Penitenciária Tiradentes, em São Paulo, criada em 1852 e derrubada nos anos 1970. O que restou desses espaços são pórticos isolados: estruturas vazias, sem placas, sem memória, sem qualquer sinal de que ali funcionaram instituições centrais na história da punição no país. O Carandiru talvez seja o exemplo mais pujante a escancarar as disputas entre

9. Sobre o conceito de patrimônio prisional, ver: Borges; Santos (2021a, 2021b); Borges (2021, 2022, 2026).

10. A análise aqui proposta dialoga com um conjunto de estudos internacionais que vêm, nas últimas décadas, problematizando as prisões e sua inscrição no espaço urbano, suas materialidades e seus usos políticos no presente. Refiro-me a estudos ligados a *carceral geography* (Jewkes, Moran e Turner, 2016), (Morin, 2015), e a estudos ligados arquitetura prisional (Evans, 1982) e (Johnston, 2000) e sobre reconversões e resusos do espaço prisional (Szut, Szczepański, 2019), (ARFA, 2022), (Gibbeson, 2022), (Morena, 2023). Cabe ainda mencionar projetos virtuais ligados a preservação de vestígios prisionais, como a plataforma digital francesa Criminocorpus, que trata de preservação, organização e mediação pública de fontes relacionadas à história da justiça, dos crimes e das penas. Projetos como o *The Portuguese Prison Photo Project*, desenvolvido a partir do trabalho de fotógrafos como Luís Barbosa e Peter Schulthess, o projeto reúne fotografias históricas e contemporâneas de estabelecimentos prisionais portugueses, articulando diferentes perspectivas sobre o cárcere — desde a experiência vivida pelos reclusos até o olhar institucional sobre os espaços de confinamento.

o desejo de apagar vestígios de violência prisional e a urgência de transformá-los em lugares de memória e denúncia. A Casa de Detenção de São Paulo (conhecida como Carandiru)¹¹, construída na década de 1950 e tida como uma das maiores prisões da América Latina, foi demolida e transformada em Parque da Juventude nos anos 2000, restando apenas dois pavilhões descaracterizados.

Esses casos evidenciam que a desativação de antigas prisões raramente se limita à mudança de uso de um edifício. Ela envolve disputas sobre memória, patrimônio e reconfiguração urbana, permitindo situar Florianópolis em um processo mais amplo de transformação dos espaços do encarceramento. Com uma população¹² de 537.211 mil habitantes, Florianópolis tem recebido cerca de 3 milhões de turistas entre os meses de novembro e maio¹³. Beira-Mar Norte é nome popular da Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, por ela, o visitante que procura as praias do Norte adentra na Ilha, percorre um belo trajeto, marcado pelo mar e a extensa ciclovía que o costeia. Seguindo em direção às praias, o turista passa em frente ao Shopping Beira Mar, o mais antigo da cidade, chega ao Centro Integrado de Cultura (CIC) e seus *outdoors* anunciando peças de teatro e shows e logo à cima, deslizando o olhar, está a Penitenciária do Estado. A região é hoje um dos espaços mais valorizados da cidade, marcada por intensa verticalização, edifícios de alto padrão, hotéis, restaurantes e forte circulação de moradores e visitantes. Situada entre a cidade turística, a valorização imobiliária e os equipamentos culturais, a prisão é uma permanência incômoda.

A REBELIÃO DE 1986 E A PRODUÇÃO DO MEDO URBANO

Na manhã de 25 de julho de 1986, uma rebelião seguida de fuga com reféns projetou a Penitenciária de Florianópolis para além de seus muros. Amplamente acompanhada pela imprensa, a ação mobilizou autoridades, interrompeu a rotina da cidade e transformou um episódio prisional em acontecimento urbano. O incidente ocorreu em julho daquele ano, na abertura da Semana do Reeducando¹⁴, durante uma solenidade realizada no anfiteatro da instituição. Na ocasião, convidados

11. A Casa de Detenção ficou conhecida pelo episódio denominado Massacre do Carandiru, quando 111 presos foram mortos e uma invasão desastrosa da polícia militar a fim de conter uma rebelião em 1992. O local foi implodido entre 2002 e 2005, restando apenas dois pavilhões descaracterizados. Ver: (Borges, 2022).

12. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Florianópolis (SC): Cidades e Estados*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html>. Acesso em: 1 jul. 2026.

13. A Prefeitura de Florianópolis esperava receber cerca de 3 milhões de turistas na temporada 2025/2026 <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2025/10/15/florianopolis-3-milhoes-turistas-verao-tera-raca-negra-reveillon-veja-destaques.ghml>

14. A “Semana do Reeducando” insere-se em uma tradição de celebrações promovidas em prisões brasileiras ao longo do século XX, anteriormente conhecidas como “Dia do Sentenciado” ou “Dia do Encarcerado”. Esses eventos expressavam o ideário penitenciarista de disciplina, regeneração e ressocialização, sendo amplamente registrados em estabelecimentos prisionais, inclusive na Penitenciária de Florianópolis (Gruner, 2026).

externos, autoridades e cerca de 200 presos, todos sem algemas, estavam reunidos para uma confraternização em que seriam premiados detentos considerados de bom comportamento. Foram feitos cinco reféns entre os servidores da instituição, incluindo o diretor da penitenciária. A negociação começou por volta das 9h45 e se arrastou até as 18h20. Ao final, 17 presos deixaram a penitenciária em três Paratis brancas cedidas pelo governo, saindo pelo portão da frente, levando os cinco reféns como escudos humanos. A imprensa e as rádios acompanharam a movimentação em tempo real, e, segundo os relatos, “parou a cidade”. Os cinco reféns foram libertados com vida, em diferentes pontos do Estado, depois de mais de 15 horas de sequestro, praticamente ilesos. Nos dias seguintes, houve uma grande operação policial em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, com bloqueios em rodovias e vigilância em aeroportos. Em até 30 dias, todos os fugitivos já haviam sido localizados.

A rebelião teve efeitos institucionais profundos. O episódio alterou os procedimentos de segurança. Depois de 1986, visitas de terceiros praticamente deixaram de ocorrer, os atendimentos passaram a ser feitos em salas específicas e com presos algemados, e atividades festivas abertas em pátios e áreas amplas deixaram de ser toleradas. Até o time de futebol dos presos, o Esperança Futebol Clube, que saía para jogar fora da penitenciária, desapareceu com o tempo. O episódio tornou visível as fragilidades de uma instituição até então relativamente apartada da vida cotidiana da capital. Em 2016, trinta anos depois, a reportagem especial publicada pelo jornal *Diário Catarinense*, reconstruiu o episódio como marco da memória pública do sistema carcerário catarinense e da própria história urbana de Florianópolis¹⁵. A matéria ultrapassa a reconstituição factual e projeta o evento sobre a cidade, ao enfatizar que a penitenciária se localiza “no coração da Capital, em meio a uma área residencial e valorizada”, reabrindo o debate sobre sua permanência, remoção ou demolição.

Os indícios de desconforto com a permanência da instituição no local são anteriores ao episódio de 1986. O crescimento urbano de Florianópolis e a progressiva valorização imobiliária da região já vinham paulatinamente alterando profundamente a relação entre a cidade e o complexo prisional. Em 1983, por exemplo, a posse do novo diretor anunciava o projeto de desativação:

Na sua pose como diretor da Penitenciária de Florianópolis, Paulo Speck declarou que uma de suas metas primeiras será a desativação do Presídio da Trindade, localizado, naquela que é, hoje, uma das mais nobres áreas da cidade (Jornal do Beto, 1983)¹⁶.

Em 1985 uma matéria indicava que a “nova penitenciária” seria construída no município de São José (a cerca de 15 km de Florianópolis), ao lado da Colônia Santana, antigo hospital psiquiátrico do estado. “O prédio da atual penitenciária será demolido após aprovada uma lei para sua desativação”.

15. Especial “Fuga na Penitenciária”, *Diário Catarinense*, ClicRBS, 2016. Disponível em: https://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_fugapenitenciaria/index.html. Acesso em: 1 jul. 2026.

16. “Na sua posse como diretor da Penitenciária de Florianópolis...”, *Jornal do Beto*, Florianópolis, 1983. Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=887854&pagfis=142>. Acesso em: 1 jul. 2026.

A área, considerada tão extensa que nem os diretores sabiam precisar o tamanho exato, seria negociada com uma empreiteira que em troca construiria a nova penitenciária (Jornal Zero, 1985).

O espetáculo da rebelião seguida de fuga de 1986, parece ter sido o ingrediente que faltava para instituir junto a população a inadequação da presença do complexo prisional em área central e valorizada da cidade. A reverberação da fuga cinematográfica logo passou da narrativa focada nos detalhes do ocorrido para um discurso sobre a insegurança dos moradores do bairro Agrônômica:

Todos no bairro têm medo e não são poucos aqueles que contam histórias de fugas anteriores. Muitos já se depararam com criminosos que conseguiram pular o muro e invadiram residências buscando roupas, para prosseguir a fuga. Uma fuga em massa na qual os presos estivessem armados, se ocorresse de surpresa, poderia se transformar numa tragédia se os reféns fossem tomados numa cessão do cineclube do Centro Integrado de Cultura (CIC), do outro lado da avenida Lauro Linhares, a 50 metros, que tem em média 200 expectadores por noite.

Poderiam ser alvo de ataques também o palácio residencial do Governador, que está a apenas um quilometro. Ou a Universidade Federal de Santa Catarina, com seus 12 mil alunos, a menos de quatro quilômetros dali. Na Lauro Linhares estão centenas de residências e edifícios de apartamentos. E quem está na Cadeia Pública pode ouvir as brincadeiras das 40 crianças da Creche Nossa Senhora de Lourdes, encarapitada numa rocha a 50 metros dali (O Estado, 28/07/1986).

A críticas também recaiam sobre a “precariedade da segurança” e a insuficiência de pessoal e a infraestrutura de um prédio construído na década de 1930 (Diário Catarinense, 05/12/1986). A imprensa produz um imaginário de risco urbano, associando a presença da penitenciária à ameaça permanente sobre moradores, equipamentos públicos e áreas centrais da cidade.

Na década de 1990, esse repertório discursivo se consolida com recorrência de fugas e rebeliões, reforçando a percepção pública sobre a crise institucional. Em 1997, duas rebeliões ocorridas em menos de 20 horas resultaram em destruição de instalações, tomada de reféns e ampla cobertura da imprensa. Em 1999, um novo motim de grandes proporções mobilizou centenas de detentos e novamente expôs a fragilidade do complexo prisional. Se a rebelião e fuga de 1986 inaugura a visibilidade pública da prisão como objeto de disputa urbana, os anos 1990 consolidam sua inscrição no discurso nacional mais amplo, marcado por superlotação, fugas sucessivas e rebeliões de maior duração e violência. Entre as décadas de 1980 e 1990, rebeliões e fugas deixaram de constituir eventos excepcionais para se consolidarem como expressão da crise estrutural do encarceramento no país (Salla, 2006; 2007). As fugas não devem ser compreendidas apenas como evasões individuais, mas como acontecimentos que revelam vulnerabilidades institucionais, expõem as relações entre prisão e sociedade e produzem efeitos sobre a percepção pública do cárcere (Martin; Chantraine, 2018)¹⁷.

17. Sobre a renovação dos estudos históricos acerca de rebeliões, motins e fugas prisionais, ver o dossiê *Insurrecciones carcelarias: fugas, motines y conflictos penitenciarios en perspectiva histórica, 1870-1960* (González; Silva, 2023) e a coletânea organizada por Martin e Chantraine (2018), que reúne contribuições sobre a fuga como objeto de análise histórica e sociológica.

O papel da imprensa nesse processo não é algo novo. O episódio da Ilha de Anchieta, de 1952¹⁸, em São Paulo (Salla, 2015) (Ferreira, 2022, p. 247) talvez seja um dos casos mais emblemáticos ao demonstrar como a revolta e a fuga podem ultrapassar o plano estritamente prisional, mobilizando intensamente a imprensa e incendiando o debate público e político sobre segurança e punição. No caso de Anchieta, a imprensa apreendeu a rebelião e a utilizou para dar ampla visibilidade para a questão carcerária, fortalecendo repertórios autoritários de controle e ampliando a tolerância social a punições extralegais dirigidas aos presos fúgitivos e revoltosos. As rebeliões que perpassam a Penitenciária de Florianópolis nas décadas de 1980 e 1990 podem ser lidas nesta mesma chave: não apenas como reflexos da crise interna do sistema, mas como acontecimentos que projetam a prisão para o centro da vida urbana, transformando-a em objeto de atenção midiática, medo coletivo e intervenção estatal. Nesses casos, as fugas e os rebelados exibidos pela imprensa, operam como dispositivos de produção pública do cárcere, reinscrevendo a prisão no debate sobre cidade, segurança e legitimidade do poder punitivo.

Ao longo dos anos 2000, novas fugas em massa recolocaram a prisão a prisão de Florianópolis no centro do debate público¹⁹. Em fevereiro de 2011, 79 presos escaparam do Complexo da Agrônômica²⁰, episódio amplamente divulgado como a maior fuga da história prisional catarinense. Poucos meses depois, uma nova fuga coletiva, envolvendo 72 detentos²¹, reforçou a percepção de fragilidade estrutural do complexo e intensificou os discursos favoráveis à sua transferência. A imprensa enfatiza a vulnerabilidade das instalações, a proximidade com áreas residenciais e a facilidade de acesso a rotas de fuga, reforçando a associação entre insegurança pública, precariedade institucional e inadequação da permanência da prisão em uma das regiões mais valorizadas da capital.

O percurso analisado até aqui evidencia que a prisão não se tornou um problema urbano em razão de um único acontecimento, mas por meio da articulação entre transformações da cidade, crises do sistema prisional e discursos produzidos pela imprensa e pelo poder público. A rebelião de 1986 constituiu um momento decisivo desse processo ao conferir ampla visibilidade a tensões que já es-

18. A revolta da Ilha Anchieta, ocorrida em 1952 no litoral de São Paulo, constitui um dos episódios mais emblemáticos da história prisional brasileira. A rebelião, seguida de fuga coletiva, mobilizou intensamente a imprensa, as forças policiais e o debate público, tornando-se marco na historiografia sobre crises do sistema penal no país. O episódio evidenciou a precariedade das condições de encarceramento e produziu forte repercussão política, culminando na desativação da unidade e em reformas no sistema prisional paulista.

19. “Na maior fuga de Santa Catarina, 79 presos escapam de penitenciária de Florianópolis”, *UOL Notícias*, 7 fev. 2011. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/02/07/na-maior-fuga-de-santa-catarina-79-presos-escapam-de-penitenciaria-de-florianopolis.htm>. Acesso em: 1 jul. 2026. “Caminho da fuga da Penitenciária de Florianópolis”, *ND Mais*, 10 fev. 2011. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/caminho-da-fuga-da-penitenciaria-de-florianopolis/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

20. “Na maior fuga de SC, 79 presos escapam de cadeia”, *G1*, 8 fev. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/02/na-maior-fuga-de-sc-79-presos-escapam-de-cadeia.html>. Acesso em: 1 jul. 2026.

21. “72 presos fogem em Florianópolis”, *Gazeta do Povo*, 21 jun. 2011. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/72-presos-fogem-em-florianopolis-5i069m9et2cddcstsod0cga4u/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

tavam em curso e que, nas décadas seguintes, sustentariam politicamente os projetos de desativação do complexo.

APAGAR COMPLETAMENTE: DESATIVAÇÃO, MEMÓRIA E FUTURO DA CIDADE

Em março de 2025, veio à tona uma consulta pública promovida pelo Governo de Santa Catarina. O assunto era a desativação do Complexo Penitenciário de Florianópolis. A proposta prevê sua demolição para dar lugar a um centro cultural — ou, como anunciou o governador em tom de espetáculo, à construção de uma estátua de Santa Catarina com dimensões semelhantes às do Cristo Redentor²². Entre as alternativas listadas no formulário oficial da consulta pública, uma em especial revelou a essência do projeto: “Reformar completamente para apagar a relação com o passado”. Essa formulação torna explícita uma dimensão frequentemente implícita nos processos de reconversão de antigas prisões: a possibilidade de produzir o futuro da cidade por meio do apagamento seletivo de seu passado.

A proposta da Cidade da Cultura²³ representa a etapa mais recente da reconversão simbólica e material da Agronômica. Apresentada como projeto de requalificação urbana, ela reinscreve o antigo espaço prisional na lógica do consumo cultural, da valorização imobiliária e da redefinição dos usos legítimos do território. Apresentada como iniciativa estratégica de transformação urbana, a proposta prevê a integração da área atualmente ocupada pelo Complexo Penitenciário ao Centro Integrado de Cultura (CIC), constituindo um grande equipamento turístico-cultural em parceria com a iniciativa privada. A ideia não é totalmente nova, ela retoma em parte a proposta de 2009, mencionada na Moção assinada pelos Professores de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a qual propunha a integração ao CIC. O projeto ambicioso incide sobre uma área de aproximadamente 173 mil metros quadrados, com previsão de concessão ao setor privado por longo prazo, podendo chegar a 35 anos. A proposta não é apenas um plano de reutilização do terreno, a Cidade da Cultura deve ser lida como expressão de uma nova racionalidade urbana, na qual o espaço antes destinado ao confinamento é reinscrito na lógica do consumo cultural e da valorização imobiliária da Beira-Mar Norte.

O objetivo do projeto é requalificar essa extensa área em Florianópolis para a implantação, gestão, manutenção e operação de um novo equipamento turístico-cultural, com foco em lazer, cultura, esporte e gastronomia, garantindo

22. “Jorginho Mello anuncia construção de estátua de 30 m no local da Penitenciária de Florianópolis”, *ND Mais*, 14 abr. 2025. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/jorginho-mello-anuncia-construcao-de-estatuade-30-m-no-local-da-penitenciaria-de-florianopolis/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

23. Governo do Estado de Santa Catarina. Programa de Parcerias e Investimentos (PPI-SC). *Cidade da Cultura: informações gerais*. Disponível em: <https://www.ppi.sc.gov.br/projetos/cidade-da-cultura?secao=informacoes-gerais>. Acesso em: 1 jul. 2026.

a preservação do patrimônio histórico e ambiental, e buscando a autossustentabilidade financeira com o apoio da iniciativa privada.²⁴

O projeto ainda possui muitas arestas, vou me deter apenas ao que tange o escopo deste artigo: o que está sendo entendido como “Patrimônio histórico e ambiental”? O que e como será preservado? Como isso será feito? A promessa de requalificação não elimina as tensões relativas à memória do cárcere, ao “patrimônio histórico” do complexo e ao risco de apagamento das experiências ali vividas: que passados permanecem visíveis quando a cidade redefine seus usos legítimos do espaço? Que memórias serão selecionadas e quais serão apagadas? De que forma história da prisão permanecerá, ou será banida, da “cidade da cultura”?

Em 5 de dezembro de 2025, o Governo de Santa Catarina anunciou publicamente o “início da demolição das estruturas desativadas do Complexo Penitenciário da Agronômica”²⁵. A retirada das estruturas, apresentada como marco da desativação do complexo, referia-se na realidade aos contêineres-cela interditados pelo Ministério Público em 2023. O anúncio, cuidadosamente encenado como símbolo de renovação urbana e início do projeto de requalificação, lembra o processo de desativação da Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru), cuja implosão dos pavilhões (entre 2002 e 2005) foi transformada em espetáculo midiático e apresentada como o desaparecimento definitivo de um lugar historicamente associado ao encarceramento. Contudo, cabe salientar que a desativação do Carandiru esteve longe de representar uma decisão súbita. Inaugurado em 1956, o lugar chegou a ter cerca de 8 mil presos, quase mil funcionários, com pavilhões brutais instalados em plena Avenida Cruzeiro do Sul, a apenas 15 minutos da famosa Praça da Sé. Entre as décadas de 1980 e 1990 o complexo foi assunto de sucessivos projetos de desativação, reconversão urbana e redefinição dos usos do solo. As disputas de memória estão ligadas ao desejo de apagamento de um espaço historicamente associado ao massacre de 1992 e às crises do encarceramento. (Borges, 2022; 2026).

O Complexo Penitenciário da Agronômica, instalado em uma das áreas mais valorizadas de Florianópolis e responsável pelo encarceramento de mais de duas mil pessoas²⁶, permanece em pleno funcionamento enquanto se discutem projetos para sua desativação e reconversão. Ainda permanecem indefinidos aspectos centrais do processo de desativação: quais edificações serão preservadas,

24. Governo do Estado de Santa Catarina. Programa de Parcerias e Investimentos de Santa Catarina (PPI-SC). *Cidade da Cultura: informações gerais*. Disponível em: <https://www.ppi.sc.gov.br/projetos/cidade-da-cultura?secao=informacoes-gerais>. Acesso em: 1 jul. 2026.

25. Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social (SEJURI). “Governo do Estado inicia a demolição de unidades desativadas no Complexo Penitenciário da Agronômica, em Florianópolis”, 5 dez. 2025. Disponível em: <https://www.sap.sc.gov.br/governador-jorginho-mello-da-inicio-a-demolicao-do-complexo-penitenciario-da-agronomica-em-florianopolis/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

26. Em 5 de dezembro de 2025, a SEJURI - Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social informava 2070 presos. <https://www.sap.sc.gov.br/governador-jorginho-mello-da-inicio-a-demolicao-do-complexo-penitenciario-da-agronomica-em-florianopolis/>

quais memórias serão incorporadas ao futuro projeto urbano e como será realizada a transferência da população prisional.

Este último aspecto merece especial atenção, ainda que extrapole os objetivos deste artigo. Até o momento não se tem nenhum estudo sobre os impactos da desativação sobre a manutenção dos vínculos familiares das pessoas privadas de liberdade, considerando a necessidade de transferência para outras localidades, tema central de qualquer processo de desativação de estabelecimentos penais. O Complexo é composto pelo Presídio Masculino Regional e pelo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico — abriga atualmente mais de 2 mil²⁷ pessoas privadas de liberdade, número que pode variar conforme a fonte e o recorte adotado²⁸. A desativação da unidade não representa apenas a mudança de uso de um terreno valorizado, mas também o deslocamento de milhares de pessoas privadas de liberdade para estabelecimentos possivelmente mais distantes de seus locais de origem e de suas redes de apoio. A mudança do local da penitenciária pode implicar efeitos concretos sobre as famílias, ao ampliar distâncias, custos e obstáculos à visitação, produzindo novas formas de exclusão territorial do cárcere. Essa questão encontra respaldo em parâmetros nacionais e internacionais. As Regras de Mandela (2015) recomendam que, sempre que possível, as pessoas privadas de liberdade sejam alocadas em estabelecimentos próximos de suas residências ou de seus locais de reintegração social, assegurando o direito à comunicação e às visitas familiares. No mesmo sentido, as Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal (CNPCEP, 2011) estabelecem que a localização das unidades prisionais deve considerar a facilidade de acesso, os meios de transporte e a origem da população prisional, de modo a preservar os vínculos familiares. A Lei de Execução Penal (1984) reforça essa perspectiva ao reconhecer o contato com familiares e com o mundo exterior como elemento fundamental para o cumprimento da pena e para a reinserção social.

A consulta pública realizada em março de 2025²⁹ revelou que a maioria da população de Florianópolis apoia a transformação da área ocupada pelo Complexo Penitenciário da Agrônômica em um novo espaço para cultura e lazer. A proposta, que visa atribuir um novo uso a um terreno historicamente marcado pelo encarceramento, foi apresentada como expressão da vontade coletiva da cidade. No entanto, essa afirmação suscita uma série de questionamentos metodológicos e políticos: quem compõe essa “maioria”? Quem teve efetivamente acesso ao questionário da con-

27. Em 5 de dezembro de 2025, a SEJURI - Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social informava 2070 presos. <https://www.sap.sc.gov.br/governador-jorginho-mello-da-inicio-a-demolicao-do-complexo-penitenciario-da-agronomica-em-florianopolis/>

28. O Presídio Feminino de Florianópolis, embora localizado na mesma área, não integra formalmente o complexo, mesmo pertencendo à mesma regional administrativa, por isso não fica claro se ele também está inserido nos planos de desativação. O Feminino, apesar de situa-se em outra rua, compõem um mesmo continuum prisional no tecido urbano, com circulação e acesso interno entre setores do Complexo.

29. Registro audiovisual da consulta pública sobre o projeto Cidade da Cultura, intitulado *Consulta pública revela apoio à transformação do Complexo Penitenciário da Agrônômica*, disponível no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nLBAObU-Rmc>. Acesso em: 1 jul. 2026.

sulta pública? Qual foi o alcance de um processo realizado exclusivamente em formato on-line? A consulta contemplou familiares de pessoas privadas de liberdade, ex-presos, trabalhadores do sistema prisional ou outros grupos diretamente vinculados à história e aos usos daquele espaço? A documentação disponível não permite responder a essas questões. Trata-se de interrogar quais sujeitos foram reconhecidos como interlocutores legítimos na definição do futuro de um patrimônio cultural da cidade. Ao apresentar o resultado da consulta como expressão da vontade da população, corre-se o risco de naturalizar um consenso cuja própria constituição permanece opaca, invisibilizando precisamente aqueles cujas memórias e experiências estão mais diretamente relacionadas ao antigo complexo penitenciário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desfecho dessa história permanece em aberto. Progressivamente percebida como um entrave ao desenvolvimento da cidade, a prisão continua a olhar Florianópolis do alto da Pedra Grande. O percurso analisado evidencia como o local foi progressivamente transformado em objeto de disputa entre a expansão da cidade, as crises do sistema prisional, a atuação da imprensa e as políticas públicas voltadas à reorganização do espaço urbano.

Ao mesmo tempo em que diferentes projetos e discursos públicos defendem a demolição das antigas estruturas e a produção de novos usos para a área, o reconhecimento patrimonial do Complexo impede, ou ao menos dificulta, seu apagamento completo. A legitimação do lugar como “Área de Preservação Cultural” introduz obrigatoriamente o patrimônio cultural como uma dimensão incontornável do debate. Não está claro como essa dimensão será efetivamente incorporada: quais edificações serão preservadas, quais narrativas serão construídas, que memórias serão valorizadas e quais permanecerão silenciadas. A patrimonialização não resolveu os conflitos em torno da prisão, ao contrário, tornou ainda mais complexa a negociação sobre seu futuro.

Embora ancorado em um estudo de caso, o percurso analisado dialoga com processos observados em diferentes cidades brasileiras e latino-americanas, nas quais antigas prisões localizadas em áreas centrais passaram a ser objeto de projetos de reconversão urbana, patrimonialização ou demolição. Nesses contextos, o patrimônio prisional revela-se menos uma categoria voltada exclusivamente à preservação de edifícios do que uma ferramenta analítica para compreender como sociedades contemporâneas negociam os vestígios materiais e simbólicos do encarceramento.

Pensar sobre o patrimônio prisional significa problematizar esses lugares como suportes materiais para a problematização da violência de Estado, das políticas de punição e das disputas contemporâneas em torno da memória. Para além de debater sobre o futuro de um conjunto arquitetônico, o patrimônio prisional permite compreender como diferentes sociedades negociam os vestígios materiais e simbólicos do encarceramento e como essas escolhas redefinem aquilo que pode — ou não —

integrar a memória pública. É neste terreno escorregadio que o patrimônio prisional se afirma como uma categoria capaz de compreender as varias camadas que envolvem o processo de preservação de antigas prisões, mas os conflitos em torno dos significados que lhes são atribuídos no presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arfa, F. H.; Zijlstra, H.; Lubelli, B. e Quist, W. (2022). Adaptive reuse of heritage buildings: from a literature review to a model of practice. *Historic Environment: Policy & Practice*, 13(2), 148–170. <https://doi.org/10.1080/17567505.2022.2058551>.
- Borges, V. T. (2021). Confined Collections: Prison Heritage and Its Objects (in Brazil and Portugal at the Present Time). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 124, 27–52. <https://doi.org/10.4000/rccs.11454>.
- Borges, V. T. (2022). A muralha cinzenta e o pórtico majestoso: o processo de patrimonialização do Complexo Penitenciário do Carandiru. *Tempo*, 28(3), 241–262. <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2022v280312>.
- Borges, V. T. (2026). *Carandiru, patrimônio prisional*. São Paulo: Letra & Voz. No prelo.
- Borges, V. T.; Santos, M. S. (2021). Apontamentos sobre o patrimônio prisional no Brasil: conflitos entre memórias e apagamentos. *Criminocorpus*.
- Borges, V. T.; Santos, M. S. (2021). O patrimônio prisional. En: Santos, M. S. (org.). *Memória coletiva e justiça social*. São Paulo: Garamond.
- Canci, A. (1997). *As expressões da cultura política nas formas organizativas do Morro do Horácio*. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Campos, R. C. (2007). *Não-lugares: condomínios horizontais fechados em Goiânia (1990–2006)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Católica de Goiás.
- Castro, E. (2009). *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Evans, R. (1982). *The fabrication of virtue*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Flores, G. (2023). *Palacio Negro: el final de Lecumberri y el “nuevo” penitenciarismo mexicano, 1971–1976*. Coahuila: Universidad Autónoma de Coahuila.
- Foucault, M. (2004). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Gibbeson, C.; Gill, S. (2022). Negotiating a negative past in the reuse of historic prisons. *Journal of Urban Regeneration and Renewal*, 15(4), 394–405.

- Gruner, C. (2026). Palavras apesar de tudo: fragmentos da experiência prisional nos escritos e discursos de presos no “Dia do Encarcerado”. En: Borges, V.; Galeano, D.; Montaldo, S. (orgs.). *A tinta e o cárcere*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio. No prelo.
- González, E.; Silva, J. (coords.) (2023). Insurrecciones carcelarias: fugas, motines y conflictos penitenciarios en perspectiva histórica, 1870–1960. *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, 23(2).
- Jesus, G. V.; Bastos, J. M. (2015). As políticas de planejamento e a valorização da terra: caso de Florianópolis (SC). *Revista PerCursos*, 16(30), 185–202.
- Jewkes, Y.; Moran, D.; Turner, J. (orgs.) (2016). *Prison architecture and design*. London: Routledge.
- Johnston, N. (2000). *Forms of constraint*. Urbana: University of Illinois Press.
- Martin, T. M.; Chantraine, G. (eds.) (2018). *Prison Breaks: Toward a Sociology of Escape*. London: Palgrave Macmillan.
- Missio, L. (2011). *A Penitenciária da Agrônômica: patrimônio, preservação e memória urbana em Florianópolis*. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Moran, D. (2015). *Carceral Geography*. Farnham: Ashgate.
- Morena, M.; Truppi, T. (2023). Enhancement of public real estate: Italian penitentiary buildings. *AIP Conference Proceedings*, 2928, 070015. <https://doi.org/10.1063/5.0170469>
- Peres, A. B.; Pimenta, M. C. A. (2016). A verticalização nos planos diretores de Florianópolis: um olhar sobre o bairro Agrônômica. En: *Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo*, 8, Balneário Camboriú, 2016. *Actas...* Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya; Balneário Camboriú: Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/entities/publication/d0c4e215-63a8-4d6d-9250-471a7b947495>.
- Szuta, A. F.; Szczepański, J. (2019). The difficult heritage: The reuse of former prison buildings. *Technical Transactions*, 116(8), 71–82. <https://doi.org/10.4467/2353737XCT.19.090.10872>.
- Várzea, V. (1985). Santa Catarina: a ilha (1900). Florianópolis: Ed. Lunardelli.

FONTES

- Brasil. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 22 abr. 2026.
- Conselho Nacional de Justiça. *Direitos das pessoas privadas de liberdade: guia de atuação e garantias fundamentais*. Brasília, DF: CNJ, 2024.

Council of Europe. *European Prison Rules*. Strasbourg: Council of Europe, 2020.

D'Araujo, E. C. *Relatório do exercício da Penitenciária de Florianópolis*. Florianópolis: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1935.

Governo do Estado de Santa Catarina. Programa de Parcerias e Investimentos (PPI-SC). *Cidade da Cultura: informações gerais*. 2025. Disponível em: <https://www.ppi.sc.gov.br/projetos/cidade-da-cultura?secao=informacoes-gerais>. Acesso em: 1 jul. 2026.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Florianópolis (SC): Cidades e Estados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html>. Acesso em: 1 jul. 2026.

Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). *APC-1: Complexo Penitenciário da Agrônômica*. Florianópolis, 2007.

Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). *Moção dos Professores de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis, 2009.

São Paulo (Estado). Assembleia Legislativa. *Projeto de Lei n. 583, de 1996*. Dispõe sobre a desativação da Casa de Detenção de São Paulo. São Paulo, 1996.

Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural (SEPHAN); Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). *Criação e regulamentação da Área de Preservação Cultural (APC-1) do Complexo Penitenciário da Agrônômica*. Florianópolis, ago. 2007. Documento técnico.

Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social (SEJURI). *Governo do Estado inicia a demolição de unidades desativadas no Complexo Penitenciário da Agrônômica, em Florianópolis*. 5 dez. 2025. Disponível em: <https://www.sap.sc.gov.br/governador-jorginho-mello-da-inicio-a-demolicao-do-complexo-penitenciario-da-agronomica/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

Imprensa

Diário Catarinense. *Fuga na Penitenciária* [Especial multimídia]. ClicRBS, 2016. Disponível em: https://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_fugapenitenciaria/index.html. Acesso em: 1 jul. 2026.

G1. *Na maior fuga de SC, 79 presos escapam de cadeia*. 8 fev. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/02/na-maior-fuga-de-sc-79-presos-escapam-de-cadeia.html>. Acesso em: 1 jul. 2026.

Gazeta do Povo. *72 presos fogem em Florianópolis*. 21 jun. 2011. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/72-presos-fogem-em-florianopolis-5i069m9et2cddcstsod0cga4u/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

Jornal do Beto. *Na sua posse como diretor da Penitenciária de Florianópolis...* 1983. Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=887854&cpagfis=142>. Acesso em: 1 jul. 2026.

ND Mais. *Caminho da fuga da Penitenciária de Florianópolis*. 10 fev. 2011. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/caminho-da-fuga-da-penitenciaria-de-florianopolis/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

ND Mais. *Memorial resgata a história da unidade prisional mais antiga do Estado*. 20 set. 2011. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/memorial-resgataa-historia-da-unidade-prisional-mais-antiga-do-estado/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

ND Mais. *Jorginho Mello anuncia construção de estátua de 30 m no local da Penitenciária de Florianópolis*. 14 abr. 2025. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/jorginho-mello-anuncia-construcao-de-estatuade-30-m-no-local-da-penitenciaria-de-florianopolis/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

UOL Notícias. *Na maior fuga de Santa Catarina, 79 presos escapam de penitenciária de Florianópolis*. 7 fev. 2011. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/02/07/na-maior-fuga-de-santa-catarina-79-presos-escapam-de-penitenciaria-de-florianopolis.htm>. Acesso em: 1 jul. 2026.

Fontes audiovisuais

Governo do Estado de Santa Catarina. *Consulta pública revela apoio à transformação do Complexo Penitenciário da Agrônômica* [Vídeo]. YouTube, 5 dez. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nLBAObU-Rmc>. Acesso em: 1 jul. 2026.